

PROGRAMA DE APOIO ÀS ATIVIDADES ECONÔMICAS DA COMUNIDADE INDÍGENA PARKATÊJÊ/ TI MÃE MARIA (PA)

1. Introdução

O ante-projeto aqui apresentado originou-se das discussões havidas no decorrer dos últimos anos junto aos *Parkatêjê* da Terra Indígena Mãe Maria (município de Bom Jesus do Tocantins/ PA), com seus assessores e, durante 1995, com os representantes da ELETRONORTE e da FUNAI, tendo em vista a elaboração de um programa de apoio as suas atividades econômicas, com critérios de sustentabilidade.

Estas discussões, por sua vez, integram o diálogo oficial relativo aos **programas especiais de assistência a comunidades indígenas que permanecem sob o impacto da construção de obras governamentais que afetaram seus territórios**. No caso, as linhas de transmissão de alta tensão (dois circuitos de 500 kv), subsidiárias da UHE Tucuruí que, em 1980 e 1988, atravessaram em toda a extensão (22 km) a Terra Indígena Mãe Maria (TIMM), paralelamente à rodovia PA-332 (antiga PA-70, construída em 1968).

Este programa resultou da reelaboração das propostas - *Fomento ao extrativismo e Apoio à agropecuária* - formuladas pela ADR Marabá e encaminhadas à Coordenação Geral de Projetos Especiais (FUNAI) em outubro de 1995. O ante-projeto que trata do seu redimensionamento compõe-se de **estudos preliminares** - inventário agro-florestal e estudo de viabilidade - e da **realização das atividades**, considerando-se o fato de que já estão em curso na comunidade *parkatêjê*,

Na formulação deste ante-projeto, contamos com a colaboração de Carlos de Araújo Loureiro Jr, da ADR/FUNAI em Marabá, Olivier Topall, do Centro Agro-Ambiental do Tocantins (CAT/Marabá), Mariano Mampieri e Leonardo C.Ribeiro da Cunha.

2. Breve histórico

Até meados da década de 80, chegou a ser um procedimento administrativo usual indenizar as comunidades indígenas pela construção de obras governamentais de grande impacto em seus territórios (rodovias, hidrelétricas, ferrovias, etc.), mediante o

PROGRAMA DE APOIO ÀS ATIVIDADES ECONÔMICAS DA COMUNIDADE INDÍGENA PARKATÊJÊ/ TI MÃE MARIA (PA)

1. Introdução

O ante-projeto aqui apresentado originou-se das discussões havidas no decorrer dos últimos anos junto aos *Parkatêjê* da Terra Indígena Mãe Maria (município de Bom Jesus do Tocantins/ PA), com seus assessores e, durante 1995, com os representantes da ELETRONORTE e da FUNAI, tendo em vista a elaboração de um programa de apoio as suas atividades econômicas, com critérios de sustentabilidade.

Estas discussões, por sua vez, integram o diálogo oficial relativo aos **programas especiais de assistência a comunidades indígenas que permanecem sob o impacto da construção de obras governamentais que afetaram seus territórios**. No caso, as linhas de transmissão de alta tensão (dois circuitos de 500 kv), subsidiárias da UHE Tucuruí que, em 1980 e 1988, atravessaram em toda a extensão (22 km) a Terra Indígena Mãe Maria (TIMM), paralelamente à rodovia PA-332 (antiga PA-70, construída em 1968).

Este programa resultou da reelaboração das propostas - *Fomento ao extrativismo e Apoio à agropecuária* - formuladas pela ADR Marabá e encaminhadas à Coordenação Geral de Projetos Especiais (FUNAI) em outubro de 1995. O ante-projeto que trata do seu redimensionamento compõe-se de **estudos preliminares** - inventário agro-florestal e estudo de viabilidade - e da **realização das atividades**, considerando-se o fato de que já estão em curso na comunidade *parkatêjê*,

Na formulação deste ante-projeto, contamos com a colaboração de Carlos de Araújo Loureiro Jr, da ADR/FUNAI em Marabá, Olivier Topall, do Centro Agro-Ambiental do Tocantins (CAT/Marabá), Mariano Mampieri e Leonardo R. Carneiro da Cunha.

2. Breve histórico

Até meados da década de 80, chegou a ser um procedimento administrativo usual indenizar as comunidades indígenas pela construção de obras governamentais de grande impacto em seus territórios (rodovias, hidrelétricas, ferrovias, etc.), mediante o

pagamento em dinheiro de uma soma negociada entre as partes. Este procedimento havia sido "inaugurado" exatamente pelos *Parkatêjê* de Mãe Maria em 1980, após anos de discussões com a ELETRONORTE.

A partir de 1987, muitas indenizações passaram a ser convertidas em programas de ação a longo prazo, com uma relativa participação das comunidades na sua discussão, procurando reverter a situação vivenciada por essas sociedades, em geral sensivelmente agravada pelas consequências das obras em seus territórios (desmatamentos, inundações, invasões por posseiros, grileiros, etc.).

No caso dos *Parkatêjê*, a passagem das linhas de transmissão havia sido indenizada pela modalidade antiga, ou seja, em dinheiro e alguns bens ou serviços requisitados. No entanto, o esgotamento dos recursos e, principalmente, a permanência dos impactos trazem a necessidade de rever os acordos indenizatórios, numa perspectiva de permanente redimensionamento destas relações.

É neste contexto que, desde 1993, a comunidade *parkatêjê* vem retomando as negociações com a ELETRONORTE, em vista do estabelecimento de um programa especial de apoio a longo prazo composto, inicialmente, por projetos específicos de natureza econômica, voltados para o fomento ao extrativismo, à agricultura e à pecuária.

2.1 - Extrativismo

O extrativismo, ou seja, a coleta de recursos naturais, especialmente a castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa* H.B.K.), para fins de comercialização, já teve várias fases entre os *Parkatêjê*. Desde os primeiros tempos do contato (meados da década de 50), foram utilizados pelo SPI (e depois pela FUNAI) como mão-de-obra para extração da safra¹. Ao final dos anos 60, o então Posto Indígena Igarapé Mãe Maria, tido como um dos maiores castanhais administrados pela agência tutelar, chegava a produzir 7.000 hectolitros de castanha nas grandes safras (em geral, a cada dois anos).

¹ Através de um projeto do Depto. Geral do Patrimônio Indígena, entre 1969 e 1979, a então delegacia regional da FUNAI (Belém) controlou a exploração e a comercialização da produção de castanha oriunda de 13 áreas indígenas das regiões do médio Tocantins e médio Xingu (cf. Ferraz, 1983)

Em 1976, a experiência dos *Parkatêjê* de comercializar a sua produção de castanha diretamente aos exportadores em Belém durou três anos consecutivos². A venda da safra de castanha era suficiente para suprir as necessidades da comunidade, então com uma população de 100 indivíduos, em duas aldeias, formadas por "turmas", consideradas pela FUNAI "remanescentes" de grupos locais distintos, reunidos em Mãe Maria, a gleba de 62.000 hectares que lhes fora concedida por decreto estadual em 1943³.

Ao final da década de 70, o desmatamento de uma faixa (150 m por 22 km) ao longo da rodovia PA-70 para a construção, pela ELETRONORTE, da linha de transmissão destruiu, no interior da TIMM, grande parte dos castanhais da comunidade e seus roçados, obrigando a reconstrução da aldeia com os recursos pagos como indenização por "perdas e danos".

O processo acelerado de transformações econômicas e sociais que se verificou no sudeste do Pará a partir da década de 70, com a invasão da pecuária extensiva, trouxe os desmatamentos e as queimadas de grandes proporções, transformando castanhais em pastagens; seguiu-se a instalação de centenas de madeireiras e serrarias em toda a região. A pressão para a obtenção de carvão vegetal, face à demanda da indústria siderúrgica que se instalou com Carajás (desde 1985), provocou a derrubada de castanheiras, apesar da proibição legal. Por fim, as pressões do fluxo migratório dos "sem terra" resultou na ocupação de castanhais⁴. Os *Parkatêjê*, por sua vez, chamam a atenção para o afugentamento dos besouros polinizadores das castanheiras que, como consequência dos desmatamentos na região, apresenta-se como um dos fatores que levaram à sensível diminuição da produção de castanha.

Quando a Estrada de Ferro Carajás (CVRD) atravessou, em 1982, toda a extensão (19 km) do sul da TIMM cortando castanhais, inaugurou um processo conflitivo com as tentativas de ocupação daquela porção pelos chamados "posseiros"⁵. Por alguns anos,

² Como parte da política indigenista oficial de meados dos anos 70, projetos de desenvolvimento comunitário, coordenados por antropólogos contratados pela FUNAI viriam a substituir, em algumas áreas, os então projetos estritamente econômicos do DGPI.

³ A "turma do Trinta" (aldeia no km 30 da rodovia) vinda do rio Praia Alta (Itupiranga) em 1966; "Maranhão", transferidos em 1966 das proximidades de Imperatriz (MA), dadas as fortes pressões de grileiros e a "turma da Montanha", desalojada entre 1970 e 1985 da área do PI Gavião, seu território em frente a Tucuruí, para a construção da barragem (cf. Arnaud, 1975; Ferraz 1991).

⁴ Cf. Barreto, LASAT, 1993.

baixo, se comparado com o mercado regional⁷. Recentemente, vem crescendo na comunidade o interesse em comercializar estes produtos com resultados mais satisfatórios, com a perspectiva, inclusive, do beneficiamento.

O modelo da pecuária extensiva observado nas redondezas vem estimulando o interesse de jovens recém-casados em aprender, com o vaqueiro contratado, as técnicas da lida com o rebanho. Esta iniciativa despertou para a comunidade, de um modo geral, a expectativa em relação à possibilidade de tornar rentáveis as atividades da "fazenda" (como chamam), situada no limite sudoeste da área, junto ao rio Flecheiras, com acesso pelo km 15 da rodovia. Esta área sobrepunha-se parcialmente ao loteamento do GETAT (v. nota 5) e esteve incorporada a um título de propriedade do fazendeiro vizinho, indenizado pela FUNAI na década de 80.

As estratégias do chefe *Krôhôkrenhum* - atualmente com cerca de 65 anos e por mais de três décadas à frente do grupo - vêm sendo no sentido de **manter um projeto para os *Parkatêjê* enquanto um povo**, com características culturais específicas que garantam a sua existência, face ao permanente desafio que lhes impõe a convivência com o mundo "civilizado". O nome da aldeia atual - *Kupêjipôkti*, "os que estão (lutando) no meio do *kupê*" - traduz a particularidade desse desafio.

Desde novembro de 1995, a constituição da *Associação Indígena Amjip Târ Kaxuñia Parkatêjê* enquanto expressão jurídica da comunidade tem por finalidade regular as relações com os diferentes agentes da sociedade nacional, sobretudo quando envolvem programas de apoio, convênios e gestão de recursos financeiros.

4. Objetivos do projeto *profama*

4.1 - Objetivos gerais

- Gestão dos recursos agroflorestais do território *parkatêjê* com critérios de sustentabilidade, visando a auto-suficiência em termos de estabilidade alimentar, assim como a obtenção de bens destinados a satisfazer necessidades voltadas para

⁷ Dada a ausência de registro sistemático, os dados referentes à produção de castanha ou de cupuaçu pela comunidade são praticamente inexistentes.

a sua reprodução, enquanto sociedade diferenciada. O aprimoramento das atividades de subsistência e daquelas ^{voltadas para} com vistas ao mercado está vinculado à dinâmica da ocupação e utilização do território, com vistas também à manutenção da sua integridade.

- Promover, no interior da comunidade, a distribuição de rendimentos de modo não-desigual, enfatizando valores específicos da cultura *parkatêjê*. O modo de apropriação destes recursos apresenta um importante elemento de discussão entre os integrantes da comunidade.

- Fortalecer a comunidade, representada através da Associação, diante da complexidade e multiplicidade de relações com agentes diferenciados da sociedade nacional, visando assegurar a sua reprodução de maneira digna, numa região repleta de contradições como o sudeste do Pará.

4.2 Objetivos específicos

Redimensionar e aprimorar os conjuntos de atividades já existentes entre a comunidade *parkatêjê*, visando a sua auto-suficiência a médio prazo. Com esta finalidade - e como parte integrante do programa de apoio - será necessário realizar, em caráter preliminar, um inventário agro-florestal e estudos de viabilidade das atividades propostas (*Fomento ao extrativismo* e *Apoio à agropecuária*); a partir de sua análise e discussão com a comunidade, os projetos específicos serão dimensionados e detalhados.

4.2.1 - Fomento ao extrativismo

A coleta é uma atividade tradicionalmente realizada pelos *Parkatêjê* com vistas à subsistência; a redefinição da atividade extrativista e sua diversificação (castanha, cupuaçu, etc.) têm por objetivo a comercialização sistemática da produção de safras sazonais, possibilitando a obtenção de rendimentos para a comunidade.

- Melhorar a infra-estrutura atual na TIMM, que abriga uma extensa rede de pequenas estradas internas de acesso aos castanhais, áreas de caça e coleta. Esta infra-estrutura requer manutenção anual (limpeza, construção de pontes, etc.), constituindo-se nos trabalhos preparatórios das safras.

preventiva e da saúde pública (sanitarismo) que, ao lado de um programa de estabilidade alimentar e apoio à auto-suficiência econômica a médio prazo, possibilitem a sua reprodução física e cultural em melhores condições do que as atuais.

Tanto as atividades voltadas para a agricultura de subsistência, quanto para o extrativismo e a agropecuária permitirão ainda intensificar e ampliar efetivamente a ocupação territorial, enquanto estratégia de proteção e vigilância permanentes, sobretudo nas áreas que se tornaram mais vulneráveis às invasões.

6. Descrição das atividades dos ^{programa} projetos.

6.1 - Estudos preliminares

O dimensionamento das atividades aqui propostas deverá ser avaliado logo após a realização de estudos preliminares - inventário agro-florestal e estudo de viabilidade - permitindo o detalhamento dos projetos específicos e a sua divisão em etapas. Independentemente da realização destes estudos, há atividades que a comunidade já desenvolve há anos (conforme mencionado) e que não devem ser interrompidas, a fim de não prejudicar o processo de redimensionamento de suas próprias necessidades.

6.1.1 - Inventário agro-florestal para produtos não-madeiráveis. O conhecimento do potencial de exploração não-predatória e as estimativas de produção extrativista voltadas para o mercado vão dimensionar os investimentos necessários, que serão detalhados anualmente.

Por intermédio do Centro Agro-Ambiental do Tocantins (CAT), este inventário será realizado por três técnicos do Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA/Manaus), durante o início da estação seca de 1996 (maio). Seu acompanhamento por integrantes da comunidade permitirá um cruzamento com os dados relacionados aos conhecimentos específicos dos *Parkatêjê* sobre o seu território. A identificação de potencialidades poderá ser complementada por levantamento via satélite, cujas imagens estão disponíveis na SUDAM, em Belém.

- **Reforma do curral**, com construção de tronco com brete e embarcadouro, assim como a **construção de cochos** cobertos (telhas). Deverão ser substituídos os materiais erroneamente utilizados para cobertura em equipamentos já existentes (telhas de amianto são, comprovadamente, cancerígenas).

6.3.3 - Para a **manutenção do rebanho** é necessária a aquisição de sal mineral (0,05 kg sal/cabeça/dia - considerando-se uma densidade de 250 reses = 183 sacos sal/ano), além do trato veterinário profilático (vacinas, medicamentos e honorários do veterinário).

- A **contratação do vaqueiro** (e encargos sociais) será mantida, através da Associação, até que a formação de vaqueiros na comunidade seja concluída. Neste período está prevista a ajuda de custo para dois aprendizes.

- A partir do terceiro ano deverão ser realizadas obras complementares necessárias à manutenção do rebanho, como a construção de uma **casa sede** (125 m²), com fornecimento de energia elétrica pela CELPA e perfuração de um **poço a céu aberto** (água potável), bem como a construção de **dois açudes** (para provisão de água nas mangas).

6.3.4 - Os atuais problemas de consanguinidade no rebanho requerem a **aquisição de reprodutores (Nelore)**, a partir do terceiro ano do projeto (quando já houver pastagens suficientes), para a obtenção de melhoria genética e produtiva (a proporção ideal entre reprodutores e matrizes é de 6:150).

6.3.5 - **Equipamentos. Aquisição de um veículo utilitário (D-20, cabine dupla)** para apoio às atividades agrícolas, extrativistas e à pecuária, incluindo manutenção (peças de reposição, mão-de-obra e combustíveis). No terceiro ano de atividades - quando se prevê o início da comercialização do gado de corte - será adquirida uma **balança** com capacidade para duas toneladas. Duas moto-serras e outras ferramentas já foram mencionadas no item 6.3.1.

6.4 - A criação de um **fundo de recursos** destinado à **formação e capacitação de pessoal** visa incentivar os integrantes da comunidade, sobretudo os jovens, a se prepararem para a gestão das atividades - extrativismo, agropecuária - do ponto de vista técnico e administrativo-financeiro. Os cursos de capacitação poderão ser

realizados em escolas técnicas da região e através de oficinas a serem ministradas na aldeia, mediante convênios com instituições de ensino e extensão.

6.5 - **Consultorias técnicas especializadas.** Dadas as características particulares destas atividades na comunidade *parkatêjê*, a sua realização requer acompanhamento técnico especializado nas áreas de agronomia, antropologia, zootecnia e finanças, estimando-se a necessidade de 50 horas técnicas por profissional/trimestre.

6.6 - As atividades aqui previstas deverão observar o calendário *parkatêjê* (v. ANEXO II), dividido em estação chuvosa (*aury kam*) e estação seca (*amkro kam*), em torno das quais giram todas as atividades cerimoniais e as demais. É durante a estação seca que se realiza o encerramento dos ciclos cerimoniais de longa duração junto a outros grupos Timbira (*Krahô/TO* e *Ramkokamekra-Canela/MA*) - como os *Parkatêjê* - a cujos convites para participação a comunidade vem atendendo, dada a importância cultural de recuperar rituais que vinham sendo abandonados.

7. Gestão administrativo - financeira

A reorganização das *atividades produtivas* (como vêm sendo chamadas) está ligada a uma nova tentativa de gerar rendimentos para a comunidade, tendo em vista a sua autonomia. Este não é um processo desconhecido dos *Parkatêjê*; tornar estas atividades sustentáveis e rentáveis constitui-se num processo de lidar com a necessidade de produzir bens destinados ao mercado para que, no retorno, sejam transformados serviços e mercadorias para todos¹².

Neste sentido, o redimensionamento da atividade pecuária apresenta muitas expectativas para a comunidade; enquanto inovação, ou seja, atividade introduzida pelo *kupê*, exatamente por isso está sujeita a riscos, além de permanentes mudanças e rearranjos; fracassos anteriores - como, por exemplo, as tentativas de cultivo de cacau, fruteiras e criação de peixes - são frequentemente lembradas pelos mais velhos, nas reuniões noturnas no pátio da aldeia.

¹² A preocupação de não reduzir a mera mercadoria também a própria força humana de trabalho está presente nas atuais discussões, na comunidade, acerca da remuneração "pelo trabalho" de seus integrantes.

Uma avaliação sistemática deverá ser realizada periodicamente (a cada dois anos), por uma equipe interdisciplinar independente, a fim de adequar as atividades aos objetivos propostos e ampliar as discussões sobre os acertos e desacertos ocorridos; dadas as especificidades, a metodologia de avaliação deverá ser estabelecida em conjunto com a comunidade e seus assessores.

9. ESTIMATIVA DE CUSTOS

Os preços foram fornecidos, em sua quase totalidade, pela ADR Marabá.

O base tomada para cálculo foi de 05 anos. Só após a realização do estudo de viabilidade será possível prever a rentabilidade das atividades e a consequente absorção dos custos pela comunidade, período que será então considerado como de duração do programa de apoio.

9.1	ESTUDOS PRELIMINARES	Custo parcial R\$	Custo total R\$
9.1.1	Inventário agro-florestal (1996) - 03 bilhetes aéreos Manaus-Marabá-Manaus 3 X R\$ 690 - ajuda de custo 03 técn.icos INPA 15 dias X 3 X R\$50/dia - acompanhamento integrantes comunidade (ref..9.2.2) X 05 pessoas	2.070 4.500 2.000	8.570
9.1.2	Estudo de viabilidade -consultoria 02 meses X R\$ 3.000/mês	6.000	6.000
	Sub-total		14.570
9.2.	FOMENTO AO EXTRATIVISMO		
9.2.1	Abertura de estrada - 20 km X 6 m - aluguel trator+m.obra R\$ 1.500/km X 20 km	30.000	30.000
9.2.2	Limpeza ramais/estradas/recuperação pontes, mata-burros (Suprimento para execução dos trabalhos/ despesas calculadas p/30 pessoas) - Ferramentas (reposição bianual) machados R\$ 17/un. X 30 facões c/ bainha R\$ 4,50/un. X 30 foices R\$ 6/un. X 30 limas K&F R\$ 48/ cx.c/12 X 03 R\$ 969 X 03	510 135 180 144	2.907

	- Gêneros alimentícios (p/30 dias) arroz R\$ 38/sc X 05 feijão R\$ 65/sc X 03 farinha de mandioca R\$ 28/sc X 03 café R\$ 29/fd (05 kg) X 05 açúcar R\$ 17/fd (30 kg) X 02 sal R\$ 8/fd (30 kg) X 01 carne de sol R\$ 3/kg X 300 kg R\$ 1.556 X 3meses X 05 anos	190 195 84 145 34 8 900	23.340
	Vestuário e material para acampamento calças compridas R\$ 30/un. X 30 camisas m/l R\$ 20/un. X 30 botinas couro R\$ 25/par X 30 pilhas gdes. R\$ 20/cx.24 X 30 lanternas R\$10 X 30 lonas e cordas R\$ 427 pratos esmaltados R\$ 2/un. X 30 talheres R\$ 2,60/jogo X 30 copos plásticos R\$ 0,50/un. X 30 colheres gdes. R\$ 3/un. X 04 conchas R\$ 3/un. X 03 caldeirão 24 l. R\$ 23/un. X 03 panela R\$ 10/un. X 03 R\$ 3.779 X 05 anos	900 600 750 600 300 427 60 78 15 12 9 69 30	17.187
9.2.3	Construção de depósitos (madeira) - p/ castanha: 90 m2 X R\$ 120/m2 - p/ materiais: 60 m2 X R\$ 120/m2 - mão-de-obra R\$ 60/m2 X 150	10.800 7.200 9.000	27.000
9.2.4	Recuperação pastagens interior castanhais - limpeza, cerca e plantio de forrageiras R\$ 250/ha X 20ha (aprox.) X 05 anos	25.000	25.000
9.2.5	- Aquisição de 08 muares adultos R\$ 700/un. X 08	5.600	5.600
9.2.6	- Aquisição de arreios, cangalhas R\$ 425/un. X 08 sacaria R\$ 0,70/un. X 3.000	3.400 2.100	5.500
9.2.7	- Transporte castanha-frete caminhão	5.000	5.000
9.2.8	- Viagens contatos outras experiências R\$ 2.000/ano X 03 anos	6.000	6.000
9.2.9	Pesquisa tecnológica - consultoria 03 meses X R\$ 3.000/mês	9.000	9.000
	Sub-total:		158.242

9.3	APOIO À AGROPECUÁRIA		
9.3.1	Recuperação de pastagens - aluguel trator p/ limpeza e gradagem R\$ 250/ha X 222,64/ ha - manual (comunidade, c/ fornecimento ferramentas, gên.alim., etc, ref. 9.2.2) R\$ 250/ha X 38,72	55.560 9.680	65.340
9.3.2	Sistema de manejo de pastagens: - Construção 4.000 m cerca/ ano arame liso: 20.000 m = R\$ 1.000 mourões: 50 un.= R\$ 1.000 (massar) estacas: 1600 un.= R\$ 4.800 (idem) mão-de-obra: R\$1.000/4 km R\$ 7.800 X 05 anos - Plantio de forrageiras (04 espécies) sementes: 70sc/ano R\$ 50/un. R\$ 3.500 X 05 anos - Plantadeiras manuais R\$ 18/un. X 20 X 05 - Manutenção pastagens (piquetes, consertos cercas, etc.) ref. 9.2.2. R\$ 2.900/ano X 05 anos - Abertura estrada 05 km PA332 até sede - R\$ 150/km X 05 km - Reforma curral / construção tronco c/embarc. - materiais / mão-de obra - Construção sede 125 m2 materiais R\$ 20/m2 X 125 mão-de-obra R\$ 50/m2 X 125 - Perfuração de poço céu aberto - 30m R\$ 70/m X 30 - Construção 16 cochos cob. telhas cerâmica - R\$ 400/un. (mat.) + R\$ 450/un. (m. obra) - R\$ 850 X 16 - Construção de 02 açudes R\$ 1.500/un. (mat.+ mão-de-obra)	39.000 17.500 1.800 14.500 750 5.000 2.500 6.250 2.100 13.600 3.000	106.000

9.6	CONSULTORIAS TÉCNICAS ESPECIAL. agronomia/zootecnia - 200 horas técnicas/ano; antropologia - idem; administração/finanças -idem - diárias: R\$ 70 X 25 X 3 X 05 - horas técnicas: R\$ 20 X 200 X 3 X05 - passagens aéreas/terrestres 04 viagens/ano/consultor	6.250 60.000 30.000	
	Sub-total		96.250
	SUB-TOTAL		656.671
9.7	RESERVA TÉCNICA (10%)		65.667
	SUB-TOTAL		722.338
9.8	DESPEAS ADMINISTRATIVAS (5%)		36.116
	TOTAL		758.454

10. Resumo da estimativa de custos

9.1	ESTUDOS PRELIMINARES	14.570
9.2	FOMENTO AO EXTRATIVISMO	158.242
9.3	APOIO À AGROPECUÁRIA	255.032
9.4	EQUIPAMENTOS / MANUTENÇÃO	82.575
9.5	FUNDO P/ CAPACITAÇÃO TÉCNICA	50.000
9.6	CONSULTORIAS TÉCN. ESPEC.	96.250
	SUB-TOTAL	656.671
9.7	RESERVA TÉCNICA (10%)	65.667
	SUB-TOTAL	722.338
9.8	DESPEAS ADMINISTRATIVAS (5%)	36.116
	TOTAL	758.454

11. Despesas previstas para 1996

ATIVIDADES	R\$
- Estudos preliminares	14.570
- Recuperação 08 ha (aprox.) pastagens R\$ 250/ha mecanizada	2.000
- Construção cercas 15 ha (aprox.) 2.000 m	3.900
- Aquisição veículo utilitário	48.000
- Manutenção veículos	5.949
sub-total	74.419
reserva tecnica (10%) - imprevistos	7.441
SUB-TOTAL	81.860
- Despesas admistrativas (5%)	4.093
TOTAL	85.953

12. Referências bibliográficas

12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B de

1994 - *Carajás: A Guerra dos Mapas*, Belém, Falangola Editora.

ARNAUD, Expedito

1975 - *Os índios Gaviões de Oeste - pacificação e integração*, Publicações Avulsas do Museu Goeldi, nº28, Belém.

BARRETO, Sérvulo

1993 - "Avaliação econômica dos 3 testes de comercialização da castanha: 90, 92, 94", Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (LASAT), Doc. nº 3, 1995, Marabá, novembro (mimeo).

FERRAZ, Iara

1983 - *Os Parkatêjê das matas do Tocantins: a epopéia de um líder Timbira*, dissertação de mestrado, FFLCH/USP (mimeo).

1991 (1993)- "*Os Parkatêjê trinta anos depois*", in Martins, José de S. (coord.), *O Massacre dos Inocentes - a criança sem infância no Brasil*, São Paulo, Hucitec, pp. 21-35.

HECHT, Suzanne B.

1985 - "Environment, development and politics: Capital accumulation and the livestock sector in eastern Amazonia", *World Development*, vol. 13, n.16, pp. 663-684

HECHT, Suzanne., R. Norgaard e G. Possio

1988 - "The economics of cattle ranching in eastern Amazonia", *Interciência*, vol. 13, pp. 233-240.

KOIFMAN, Sérgio (org.),

1995 (junho) "Incidência de câncer na comunidade Parkatêjê, Terra Indígena Mãe Maria, Bom Jesus do Tocantins, Pará", ENSP/FIOCRUZ (mimeo).

LARAIA, Roque de B. e R. da Matta

1967 (1979) - *Índios e Castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins*, São Paulo, Difusão Européia do Livro.

MATTOS, Marli M. and C. Uhl

1994 - "Economic and Ecological Perspectives on Ranching in the Eastern Amazon", *World Development*, vol. 22, n.2, pp. 145-158.

ANEXO III

Inventário do rebanho bovino existente na Fazenda Akrôiarêre Terra Indígena Mãe Maria - janeiro 1996

DISCRIMINAÇÃO	RAÇA*	QUANTIDADE	IDADE (anos)
Touros	1, 2, 3	04	2,7; 3; 5; 6
Vacas	4	82	3 a 7
Novilhas	5	68	2,6 a 3
Bezerros	5	47	0 a 2
Bezerras	5	44	0 a 2
Bois	5	05	3
total		250	

Fonte: ADR Marabá

- * 1 - Simental (leiteiro)
- 2 - Simental + Holandês (leiteiro)
- 3 - Nelore (corte)
- 4 - Girolandês (leiteiro)
- 5 - Girolandês + Simental (leiteiro)

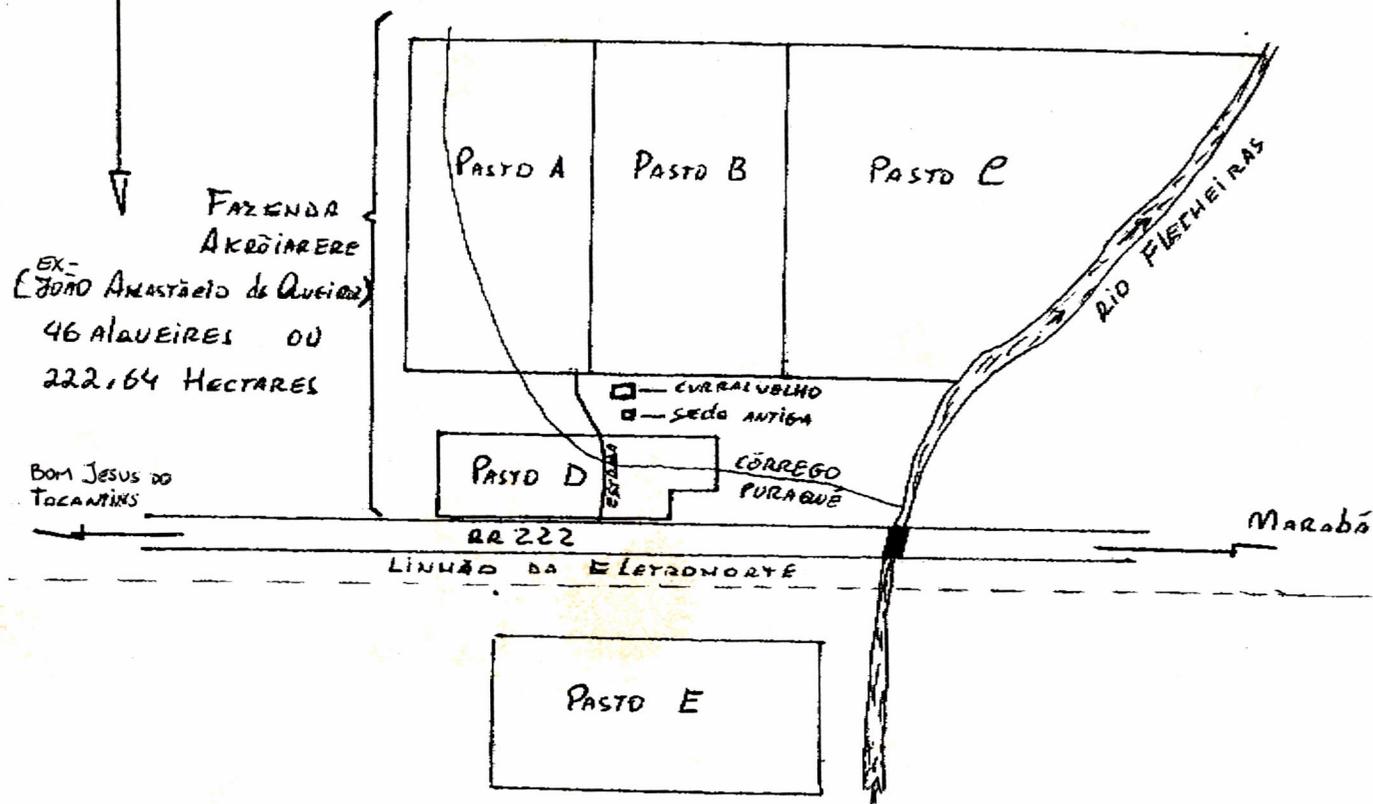
Obs.: Não existem descendentes de touros Nelore e Simental + Girolandês porque foram adquiridos recentemente.

ANEXO III

CROQUIS DA FAZENDA AKRÖIARERE - 1996

Área da Seda Nova (± 8 Alqueires ou 38,72 Ha)

DE PASTO - ENCONTRA-SE NA JUQUIRA C/ BABACU.



PASTO A + B → 10 Alqueires ou 48,40 Ha
obs: ESTES PASTOS ENCONTRAM-SE COM JUQUIRA ALTA.

PASTO C → 8,66 Alqueires ou 41,91 Ha
obs: ÁREA OCUPADA POR LAPDEIRA.

PASTO D → 2 Alqueires ou 9,68 Ha
obs: ENCONTRA-SE NA JUQUIRA C/ BABACU

PASTO E → 8 Alqueires ou 38,72 Ha
obs: ESSE PASTO ENCONTRA-SE NA JUQUIRA FOI FORMADO PELOS PRÓPRIOS ÍNDIOS A PARTIR DE UMA ROÇA.

FONTE : ADR. MARABÁ - FUNAI
JAN. 96

12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B de

1994 - **Carajás: A Guerra dos Mapas**, Belém, Falangola Editora.

ARNAUD, Expedito

1975 - **Os índios Gaviões de Oeste - pacificação e integração**, Publicações Avulsas do Museu Goeldi, nº28, Belém.

BARRETO, Sérvulo

1993 - "Avaliação econômica dos 3 testes de comercialização da castanha: 90, 92, 94", Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (LASAT), Doc. nº 3, 1995, Marabá, novembro (mimeo).

FERRAZ, Iara

1983 - **Os Parkatêjê das matas do Tocantins: a epopéia de um líder Timbira**, dissertação de mestrado, FFLCH/USP (mimeo).

1991 (1993)- "Os *Parkatêjê* trinta anos depois", in Martins, José de S. (coord.), **O Massacre dos Inocentes - a criança sem infância no Brasil**, São Paulo, Hucitec, pp. 21-35.

HECHT, Suzanne B.

1985 - "Environment, development and politics: Capital accumulation and the livestock sector in eastern Amazonia", **World Development**, vol. 13, n.16, pp. 663-684

HECHT, Suzanne., R. Norgaard e G. Possio

1988 - "The economics of cattle ranching in eastern Amazonia", **Interciência**, vol. 13, pp. 233-240.

KOIFMAN, Sérgio (org.),

1995 (junho) "Incidência de câncer na comunidade *Parkatêjê*, Terra Indígena Mãe Maria, Bom Jesus do Tocantins, Pará", ENSP/FIOCRUZ (mimeo).

LARAIA, Roque de B. e R. da Matta

1967 (1979) - **Índios e Castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins**, São Paulo, Difusão Européia do Livro.

MATTOS, Marli M. and C. Uhl

1994 - "Economic and Ecological Perspectives on Ranching in the Eastern Amazon", **World Development**, vol. 22, n.2, pp. 145-158.